

Se quiser receber gratuitamente estes estudos envie uma mensagem a pedir para edr2@netcabo.pt

CENTENAS DE MILHARES DE DESEMPREGADOS INSCRITOS NOS CENTROS DE EMPREGO ELIMINADOS DOS REGISTOS SEM DIVULGAÇÃO DA RAZÃO, E O INE ELIMINOU 245.000 DESEMPREGADOS DOS NUMEROS OFICIAIS DO DESEMPREGO: Qual é a dimensão do desemprego real?

Na ADSE, a presidente foi finalmente substituída (Despacho n.º 6134-B/2020, DR, 2ª série, de 5jun.) deixando por resolver enormes problemas (a nova tabela do Regime convencionado prometida há cerca de 2 anos continua por publicar assim como a eliminação da fraude no Regime livre; as regularizações que resultam dos prestadores terem faturado a mais à ADSE cerca de 70 milhões € continua por recuperar; continua a adiada a contratação de mais trabalhadores para garantir os reembolsos a tempo e horas aos beneficiários, continua sem ser publicada uma tabela de comparticipações de EPI's o que determina que os beneficiários sejam espoliados pelos prestadores sem qualquer proteção e obrigados a pagar a totalidade dos preços que estes faturam; o alargamento da comparticipação da ADSE em testes COVID 19 obrigatórios em certos atos no SNS continua por se fazer, etc., etc.). Esperemos que agora o Conselho Diretivo da ADSE resolva os problemas sempre adiados e responda de uma forma mais eficaz às necessidades de 1,2 milhões de beneficiários

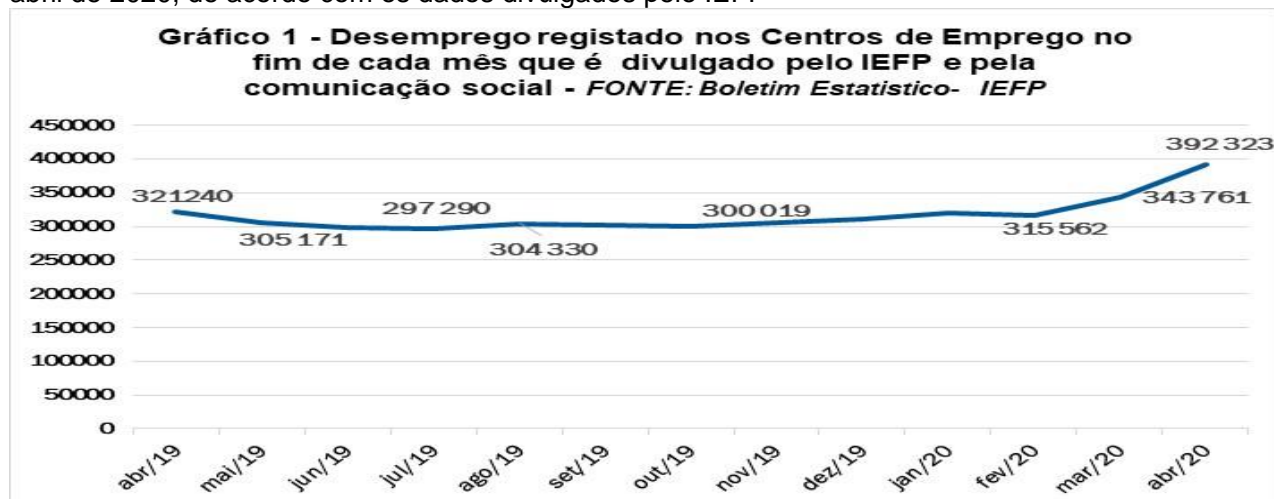
Na ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA MONTEPIO GERAL é urgente também a intervenção do governo (não no Banco Montepio mas na AMMG) para garantir as poupanças de 601.000 associados (3.000 milhões €) devido à situação grave da AMMG com prejuízos enormes que as contas de 2019 certamente mostrarão, até aqui escondidos, cuja divulgação o conselho de administração tem adiado, o que confirmará os alertas de gestão ruínoza que temos vindo a fazer nos últimos anos. O governo e os supervisores não podem dizer que não sabiam pois foram avisados, sendo responsáveis pela situação atual da AMMG.

Em Portugal são divulgados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e pelo INE dados sobre o desemprego todos diferentes e cada um deles divulga dados que utilizados em cálculos dão resultados diferentes. Este estudo revela essas diferenças e seus efeitos, e prova que o desemprego atual é muito superior àquele que os números oficiais, divulgados pela comunicação social, revelam

O IEFP, que tem os Centros de Emprego, divulga dados sobre o desemprego registado, que abrange apenas os desempregados que se inscreveram nos Centros de Emprego (*aqueles que não se inscrevem não constam destes dados, e são muitos*) e mesmo nestes dados existem situações estranhas (*dezenas de milhares de desempregados são eliminados todos os meses sem qualquer explicação*). O INE apenas publica dados sobre os desempregados que procuraram trabalho no período em que foi realizado o inquérito, mas elimina todos os desempregados que, por qualquer motivo, não procuraram emprego no período em que foi feito o inquérito embora estejam desempregados. Por esta razão o número de desempregados reais em Portugal é muito superior aos dados oficiais do desemprego, quer sejam os do IEFP quer do INE. É esta situação verdadeiramente dramática – **não se conhece a verdadeira dimensão do desemprego no nosso país** – que neste estudo vamos analisar mostrando que a situação poderá ser muito pior do aquela que os números oficiais mostram, em que já se verifica um agravamento enorme devido à crise causada pelo “coronavírus”.

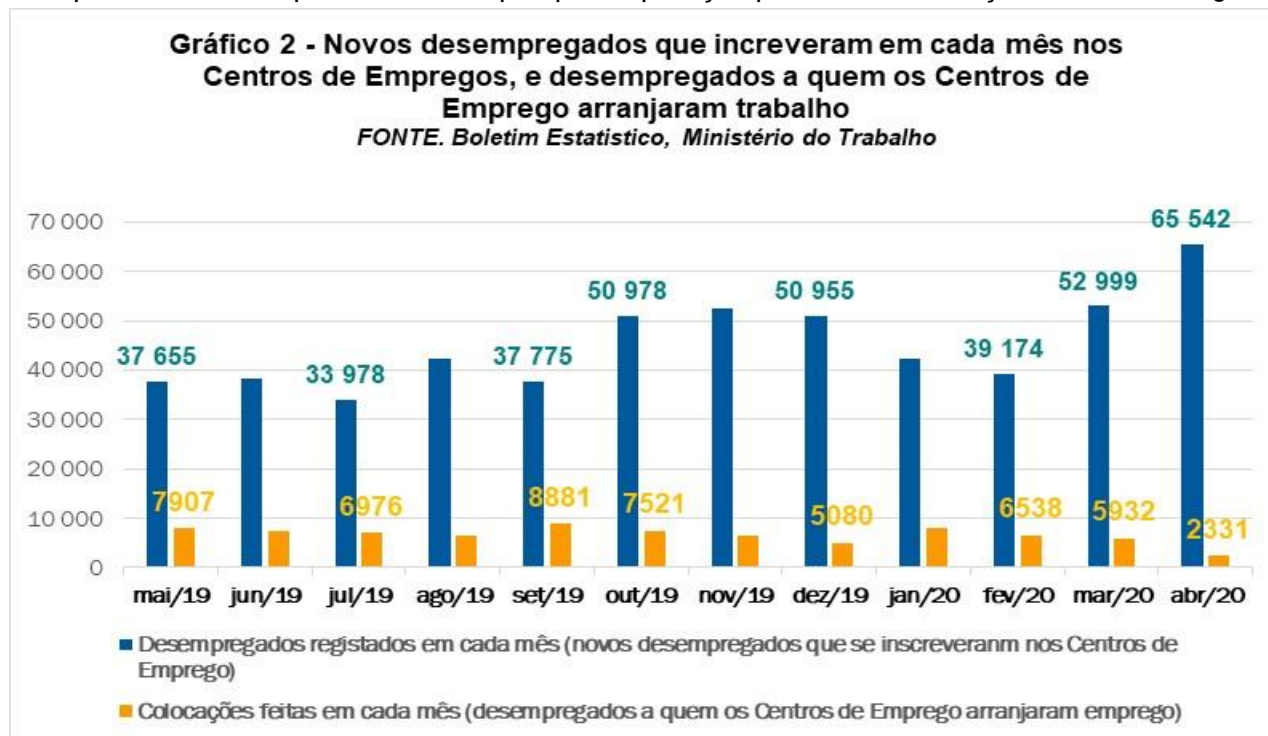
A EVOLUÇÃO OFICIAL DO DESEMPREGO REGISTADO PELO IEFP E A ELIMINAÇÃO TODOS OS MESES DOS REGISTOS DOS CENTROS DE EMPREGO DE DEZENAS DE MILHARES DE DESEMPREGADOS NÃO SENDO DADA NENHUMA EXPLICAÇÃO PÚBLICA

O gráfico 1 mostra a evolução do desemprego registado nos Centros de Emprego entre abril de 2019 e abril de 2020, de acordo com os dados divulgados pelo IEFP



Se quiser receber gratuitamente estes estudos envie uma mensagem a pedir para edr2@netcabo.pt

Entre abril de 2019 e abril de 2020, o número de desempregados registados nos Centros de Emprego divulgados pelo IEFP e pela comunicação social aumentou de 321.240 para 392.323, tendo-se verificado um aumento de 76.671 entre fevereiro de 2020 e abril de 2020, pois passou de 315.562 para 392.323 devido fundamentalmente à crise causada pelo "coronavírus". Mas como iremos provar, utilizando também dados divulgados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, isso foi conseguido à custa da eliminação dos registos dos Centros de Empregos de dezenas de milhares de desempregados que se tinham inscrito nos Centros de Emprego que desapareceram sem que fosse dada qualquer explicação para essa eliminação. Observe-se o gráf.2.



Em todos os meses do período maio/2019 a abril de 2020, o número de novos desempregados que se inscreveram nos Centros de Empregos é muitas vezes superior ao número de desempregados que os Centros de Emprego arranjaram trabalho. Se somarmos o número de novos desempregados inscritos nestes meses e o número de colocações feitas pelos Centros de Emprego obtemos os seguintes totais: TOTAL de novos desempregados inscritos nos Centros de emprego de maio/2019 a abril/2020: 544.226; TOTAL de colocações feitas pelos Centros de Emprego no período maio/2019 a abril/2020: 79.626. TOTAL de novos desempregados inscritos nos Centros de Emprego que os Centros de Emprego não arranjaram trabalho: 464.600, (diferença entre os dois totais anteriores). No fim de abril de 2019 existiam oficialmente 321.240 desempregados inscritos nos Centros de Emprego (gráfico 1). Se a esse total somarmos os novos inscritos entre o fim de abril de 2019 e o fim de abril de 2020 – 544.226 – e se ao total obtido deduzirmos o número de colocações, ou seja o total de desempregados a quem os Centros de Emprego arranjaram emprego – 79.626 – obtemos 781.840 que é o número de desempregados que deviam existir nos registos dos Centros de Emprego no fim de abril de 2019. No entanto o número de desempregados que estavam inscritos nessa data divulgado pela IEFP e pela comunicação social era apenas 392.323 como também consta do gráfico 1. Portanto, 393.517, ou seja, mais de metade “desapareceram” dos registos dos Centros de Emprego sem que o Instituto de Emprego e Formação Profissional divulgasse as razões de um número tão elevado de desempregados eliminados dos registos dos Centros de Emprego. **Portanto, é-se obrigado a concluir, face a estes dados, que a realidade e a dimensão do desemprego atual em Portugal é muito mais dramática do que aquela que os dados oficiais sobre o desemprego registado revelam e que os media divulgam todos os meses.**

OS DADOS DO DESEMPREGO DIVULGADOS PELO INE E A ELIMINAÇÃO DOS DESEMPREGADOS QUE NÃO PROCURARAM TRABALHO QUE ERAM JÁ 245.000 EM ABRIL DE 2020

Uma situação com efeitos semelhantes se verifica com os dados do desemprego divulgados pelo INE, já que são eliminados desses dados oficiais todos os desempregados que, no período do inquérito não procuram trabalho, apesar de estarem desempregados, e são muitas centenas de milhares que estão nessa situação e têm aumentado muito como iremos mostrar. Observe-se o q1

Se quiser receber gratuitamente estes estudos envie uma mensagem a pedir para edr2@netcabo.pt

Quadro 1 – Desemprego oficial e desemprego real segundo o INE – quadro publicado pelo INE

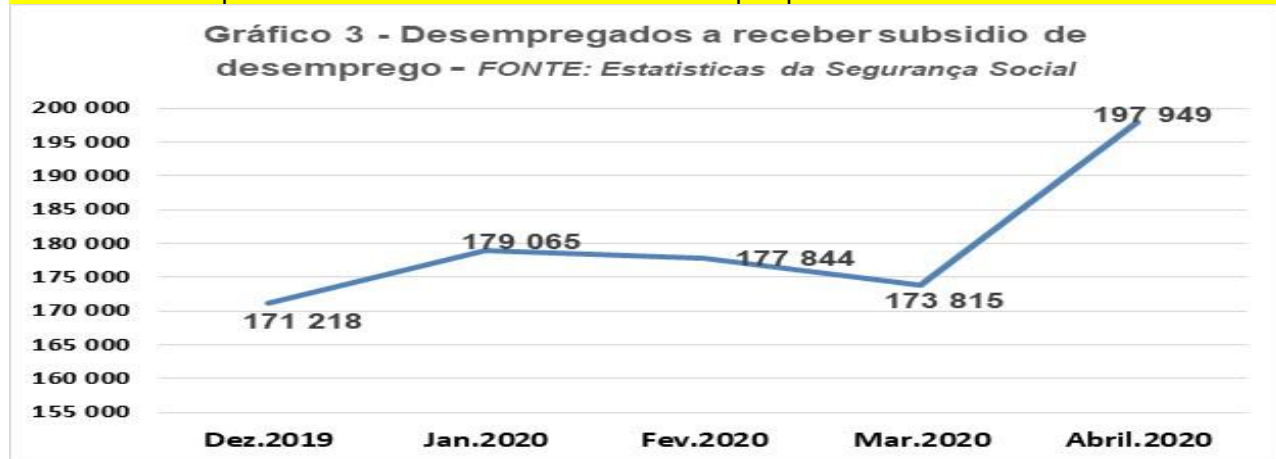
DESIGNAÇÃO	Valores ajustados de sazonalidade					Valores não ajustados de sazonalidade				
	Abr 2019	Jan 2020	Fev 2020	Mar 2020	Abr 2020 (p)	Abr 2019	Jan 2020	Fev 2020	Mar 2020	Abr 2020 (p)
Milhares de pessoas										
1-DESEMPREGO OFICIAL (o que é divulgado pelo INE e pela comunicação social)	341	352	332	317	319	342	366	348	327	319
2- Inativos à procura de emprego mas não disponíveis	20	25	22	20	23	20	24	21	20	23
3-Inativos disponíveis mas que não procuram emprego	175	143	163	183	231	164	149	166	180	222
4. DESEMPREGADOS QUE NÃO PROCURAM EMPREGO MAS QUE ESTÃO DESEMPREGADOS MAS QUE O INE NÃO CONSIDERA NOS NÚMEROS DO DESEMPREGO OFICIAL (2)+(3)	195	168	184	202	253	184	173	188	200	245
5- DESEMPREGO REAL (1)+(4)	536	520	516	520	573	526	539	536	527	564

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego.

Segundo o INE, em abril de 2020, o desemprego oficial era de 319.000, enquanto o desemprego real (aquele que incluía os desempregados que o INE não considera nos dados do desemprego oficial por não terem procurado trabalho no período do inquérito) atingia 573.000, ou seja, mais 253.000 desempregados (+79,3%). Mesmo este total não deve corresponder à totalidade dos desempregados. Existem os desempregados reais em “lay-off” não aprovado pelo Ministério do Trabalho, da Solidariedade, e da Segurança Social, muitos dos quais certamente não auferem qualquer rendimento, e que não devem estar também incluídos no desemprego oficial. E são também muitas centenas de milhares como vamos mostrar.

A SITUAÇÃO DOS TRABALHADORES QUE AS EMPRESAS INSCREVERAM PARA “LAY-OFF” MAS NÃO ACEITES PELO GOVERNO E O FINANCIAMENTO DAS EMPRESAS À CUSTA DA SEGURANÇA SOCIAL

De acordo com a publicação do Ministério do Trabalho “Monotorização COVID-19” de 3/6/2020, em 2 de junho de 2020 o número de trabalhadores inscritos pelas entidades patronais para “lay-off” atingia 1.342.852 trabalhadores mas tinham sido aceites pelo governo apenas 800.000 sendo 25% (200.000) das grandes empresas (Público, de 6/6/2020), embora estas constituem apenas 0,5% (543) das empresas que entregaram documentos para “lay-off”. Portanto, 542.852 trabalhadores, em relação aos quais as empresas entregaram documentos para os colocar em “lay-off” não foram aceites pelo governo. **A pergunta que se levanta imediatamente, e que o governo não esclareceu, é esta: Será que as empresas estão a pagar os salários a estes trabalhadores? E se não pagam, e se o INE não os considera como desempregados, então não têm direito a receber subsídio de desemprego.** Portanto a situação do desemprego em Portugal poderá ser muito mais dramática que os números oficiais do desemprego revelam. A dimensão do desemprego oculto, e de trabalhadores a viverem na miséria ou muito próximo dela deverá ser enorme. Isto até porque outros dados oficiais confirmam isso.



Entre fevereiro e abril de 2020, o número de desempregados a receber subsídio de desemprego aumentou apenas 20.105 pois passou de 177.844 para 197.949, tendo até diminuído em março. No entanto, segundo o Ministério do Trabalho (“Monotorização COVID 19”), entre 1 de março e 30 de abril de 2020, o número de pedidos de subsídio de desemprego (por desempregados) atingiu 101.788, sendo, em 2 de junho de 2020, já 133.840. Enquanto isto sucede com os trabalhadores, o governo duplicou o subsídio pago às empresas que reiniciarem a atividade (passou de 635€ para 1270€ por trabalhador), o que significa que a Segurança Social terá de suportar 1.016 milhões € para financiar as empresas para além da isenção de contribuições que estas tinham. A descapitalização da Segurança Social para apoiar os patrões é evidente e é necessário que seja o Orçamento do Estado a suportar tais apoios, e as grandes empresas não deviam receber. Eugénio Rosa, edr2@netcabo.pt , 7/6/2020